

JUL 10 2022



JUCESP PROTOCOLO
2.291.146/22-1



13ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

MARGRAF EDITORA E INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA.

NIRE 35.200.121.307
CNPJ 50.614.213/0001-81

São Partes no presente instrumento particular:

- a) VASCO FAUSTINO DE MENEZES, brasileiro, industrial, divorciado, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.905.800-4 SSP-SP, data de expedição 05/02/2003, inscrito CPF nº 117.877.168-72, residente e domiciliado na Avenida Barretos nº 854, Tamboré Residencial I, Barueri -SP, CEP 06458-190;
- b) SONIA REGINA MENEZES, brasileira, industrial, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11.723.615-9 SSP-SP, data de expedição 11/06/2010, inscrita no CPF nº 014.003.968-67, residente e domiciliada na Alameda Mar Tirreno nº 15, Alpha Plus, Barueri -SP, CEP 06.471-004;
- c) VANIA APARECIDA MENEZES, brasileira, industrial, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 12.276.419-5 SSP-SP, data de expedição 06/10/2012, inscrita no CPF nº 104.602.238-52, residente e domiciliada na Rua Jacarandá nº 98, Melville, Santana de Parnaíba-SP, CEP 06543-275 e
- d) ANA CRISTINA MENEZES, brasileira, industrial, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 21.316.823-6 SSP-SP, data de expedição 08/06/2010, inscrita no CPF nº 125.459.248-22, residente e domiciliada na Alameda França nº 266, Alphaville Residencial I, Barueri -SP, CEP 06474-070;

na qualidade de sócios da sociedade empresária limitada MARGRAF EDITORA E INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Piracema nº 1092, CEP 06460-932, Bairro Tamboré, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 35.200.121.3074 em sessão de 28/09/1978 e posteriores alteração de contrato social, sendo a última arquivada sob nº 148.402/22-7 em sessão do dia 22/03/2022 resolvem de mútuo e comum acordo alterar o Contrato Social o qual se regerá pelas cláusulas e condições abaixo descritas:

JUL 2017
04 10 23

1ª. Alteração. Alteração do objeto social da Sociedade

A unanimidade dos sócios decide, de comum acordo, alterar o objeto social da Sociedade com a inclusão e exclusões de algumas atividades. Dessa forma, a Cláusula III do Contrato Social passará a vigorar com a seguinte redação:

III. OBJETO SOCIAL

A sociedade terá por objeto social a exploração por conta própria e/ou alheia do ramo de prestação de serviços, indústria e comércio de artes gráficas, com:

1811-3/02 Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas

1813-0/01 Impressão de material para uso publicitário

1813-0/99 Impressão de material para outros usos

1821-1/00 Serviços de pré-impressão

2ª Alteração: Quórum de deliberações

A unanimidade dos sócios decide que, para não haver impasse ou travamento das atividades sociais, reduzir o quórum de deliberações dos sócios na Sociedade de no mínimo de setenta por cento do capital social com direito a voto para no mínimo de cinquenta e um por cento do capital com direito a voto.

Desta forma, o parágrafo 5º da Cláusula VI – Administração da Sociedade e o Caput da Cláusula VII – Deliberações Sociais passarão a ter a seguinte redação:

Parágrafo 5º da Cláusula VI – Administração da Sociedade

§ 5º - Os Diretores poderão ser destituídos ou substituídos por outros administradores, sócios ou não, a qualquer momento mediante decisão da maioria qualificada do capital social (mínimo de cinquenta e um por cento do capital com direito a voto) e mediante alteração do Contrato Social.

Caput da Cláusula VII – Deliberações Sociais

As deliberações sociais serão tomadas por maioria absoluta dos sócios representantes do capital social. Assim, entende-se, neste contrato social, por maioria absoluta ou maioria, os sócios que que representarem cinquenta e um por cento do capital social com direito a voto.



OK Van

JUL 11 10 23

3ª Alteração. Atualização de haveres

A unanimidade dos sócios decide, de comum acordo, alterar o parágrafo 2º da Cláusula VII – Deliberações Sociais, o qual passará a ter a seguinte redação:

§ 2º - Dentro de 30 (trinta) dias, seguintes ao recebimento da notificação mencionada no parágrafo primeiro acima, será efetuado um balanço especial, abrangendo os ativos, os lucros, as perdas e as contingências da Sociedade, com base na data do recebimento da notificação. Os haveres assim apurados serão pagos ao sócio dissidente pelos sócios remanescentes ou pela Sociedade, sem juros e com correção monetária pelo índice IPCA, em até 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 60 (sessenta) dias a contar do encerramento do balanço, e as demais em igual dia dos meses subsequentes.

4ª. Alteração. Falência, morte ou incapacidade de quotista

A unanimidade dos sócios decide que, para não haver impasse ou travamento das atividades sociais, alterar a redação da Cláusula VIII do Contrato Social que passará a ter a seguinte redação:

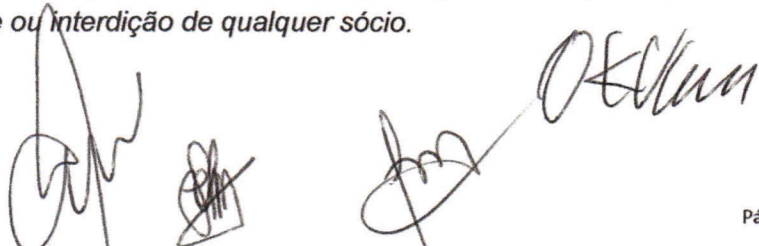
VIII. FALÊNCIA, MORTE OU INCAPACIDADE DE QUOTISTA

A sociedade não se dissolverá em caso de falência, morte, incapacidade judicial ou retirada de um dos sócios quotistas, sendo que os herdeiros poderão ingressar no quadro societário da Sociedade se os sócios remanescentes autorizarem a sua entrada.

§ 1º - Por decisão dos sócios remanescentes, poderá ser recusada a admissão dos referidos herdeiros ou sucessores na Sociedade. Nesta hipótese, nos sessenta dias seguintes ao recebimento da notificação do herdeiro ou sucessor, para o cálculo dos haveres e o pagamento dos herdeiros ou sucessores, deverá ser efetuado um balanço especial, nos termos previstos no parágrafo 2º da Cláusula VII.

§ 2º - Para a deliberação a respeito da admissão dos herdeiros ou sucessores, o direito de voto somente será exercido pelos sócios remanescentes, sendo que os herdeiros do sócio falecido ou incapaz não terão direito a voto.

§ 3º - O procedimento previsto nesta cláusula se aplicará no que couber, aos casos de incapacidade ou interdição de qualquer sócio.



§ 4º - Em caso de separação judicial ou divórcio do sócio, pessoa física, ou meação, que implique em alteração na titularidade das quotas em virtude de partilha, o cônjuge que receber quotas sociais poderá optar por ingressar na Sociedade, desde que os demais sócios deliberem e aceitem a entrada do novo sócio, aplicando-se ao caso as disposições previstas nesta Cláusula VIII.

5ª. Alteração. Direito de preferência

A unanimidade dos sócios decide alterar o parágrafo 2º da Cláusula IX – Direito de Preferência, que passará a ter a seguinte redação:

§ 2º - Para apuração e pagamento dos haveres do sócio retirante deverá ser efetuado um balanço especial, nos termos previstos no parágrafo 2º da Cláusula VII.

5ª. Alteração. Consolidação do Contrato Social

Em decorrência da presente alteração, o contrato social da sociedade passa a ter a redação consolidada a seguir, que os sócios declaram aprovar por unanimidade.

CONTRATO SOCIAL
MARGRAF EDITORA E INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA

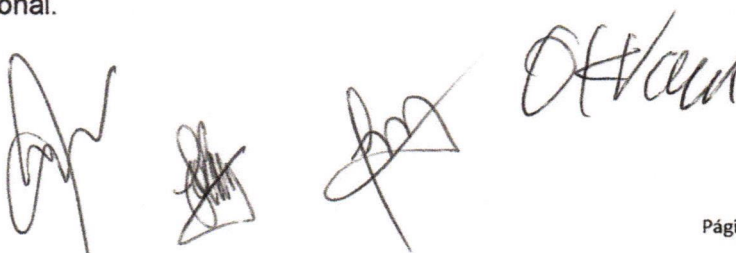
NIRE 35.200.121.307
CNPJ 50.614.213/0001-81

I. DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade gira sob a denominação de MARGRAF EDITORA E INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA.

II. SEDE SOCIAL

A sociedade tem sua sede e foro na Avenida Piracema nº 1092, Tamboré, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-932, podendo abrir e fechar filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional.



JUL 14
04 10 22

§ único A sociedade mantém uma filial na Rua João Ferreira de Camargo nº 864, Tamboré, CEP 06460-060, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, que é usada para depósito fechado de mercadorias próprias.

III. OBJETO SOCIAL

A sociedade terá por objeto social a exploração por conta própria e/ou alheia do ramo de prestação de serviços, indústria e comércio de artes gráficas, com:

- 1811-3/02 Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas
- 1813-0/01 Impressão de material para uso publicitário
- 1813-0/99 Impressão de material para outros usos
- 1821-1/00 Serviços de pré-impressão

IV. PRAZO

A sociedade tem prazo de duração indeterminado.

V. CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 9.200.002,00 (nove milhões, duzentos mil e dois reais) divididos em 9.200.002 (nove milhões, duzentas mil e duas) quotas sociais no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) totalmente subscrito e integralizado, na seguinte proporção:

Sócio	Quotas	Valor
Vasco Faustino de Menezes	3.937.600	R\$ 3.937.600,00
Sonia Regina Menezes.	1.754.134	R\$ 1.754.134,00
Vania Aparecida Menezes	1.754.134	R\$ 1.754.134,00
Ana Cristina Menezes	1.754.134	R\$ 1.754.134,00
T o t a i s	9.200.002	R\$ 9.200.002,00

1º) A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002.

2º) Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece o Artigo 1054 c/c o Artigo 997 VIII do Código Civil, Lei nº 10.406/2002.

3º) Para fins fiscais o Capital Social fica assim distribuído:

MATRIZ R\$ 9.190.000,00
FILIAL R\$10.000,00

JULIANE
04 10 22

4º) As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma delas dá o direito a um voto nas deliberações sociais.

5º) É vedado aos sócios caucionar ou de qualquer forma penhorar ou onerar suas quotas de capital, no todo ou em parte, salvo consentimento unânime dos sócios.

6º) As quotas não poderão cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, sem o consentimento dos sócios que representam a maioria do capital social e respeitado o direito de preferência assegurado aos outros sócios, nos termos deste contrato.

VI. ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da Sociedade será exercida por uma Diretoria Executiva, órgão colegiado composto por sócios da Sociedade, os quais terão os poderes atribuídos nos parágrafos abaixo desta cláusula:

§ 1º - A sociedade considerar-se-á obrigada quando representada:

- a) em conjunto pela assinatura de dois Diretores, exceto em caso de venda de ativos imobilizados da Sociedade no valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) da Sociedade que será necessário a autorização prévia de no mínimo três sócios e
- b) por procuradores da Sociedade, em conjunto ou isoladamente, de acordo com a extensão dos poderes conferidos no respectivo instrumento de mandato, observado o disposto do § abaixo.

§ 2º - Os Diretores, respeitada a limitação do parágrafo 1º acima, terão os mais amplos poderes de administração e gerência, cabendo-lhes, isolada ou conjuntamente, respeitando a regra do § 1º acima, a representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele, perante quaisquer pessoas e entidades, públicas e privadas, bancos, instituições financeiras de qualquer natureza, todos e quaisquer órgãos governamentais, inclusive a Secretaria da Receita Federal e Banco Central do Brasil, a fim de assegurar o pleno desempenho de suas funções.

§ 3º - A sócia VANIA APARECIDA MENEZES será a administradora responsável pela representação da Sociedade perante a Receita Federal, Fazendas Estaduais e Prefeituras Municipais para fins de certificação digital.

§ 4º - As procurações outorgadas pela Sociedade serão sempre assinadas em conjunto por dois Diretores. As procurações deverão especificar os poderes de cada procurador e, salvo aquelas para fins judiciais e administrativos, não poderão ser substabelecidas e deverão ter prazo de validade de até 01 (um) ano.



04 10 22

§ 5º - Os Diretores poderão ser destituídos ou substituídos por outros administradores, sócios ou não, a qualquer momento mediante decisão da maioria qualificada do capital social (mínimo de cinquenta e um por cento do capital com direito a voto) e mediante alteração do Contrato Social.

§ 6º - Os Diretores sócios poderão receber, mensalmente, uma remuneração em dinheiro, a título de pró-labore, que será anualmente fixada em reunião de sócios, considerando os valores praticados no mercado e a realidade econômica e de caixa da Sociedade.

§ 7º - Neste ato, a unanimidade dos sócios nomeia para o cargo de Diretora de Produção e de Marketing, a sócia SONIA REGINA MENEZES; para o cargo de Diretora Administrativo-Financeira, a sócia VANIA APARECIDA MENEZES e para o cargo de Diretora de Comercial e de Orçamentos, a sócia ANA CRISTINA MENEZES, todos acima qualificados e abaixo assinados.

VII. DELIBERAÇÕES SOCIAIS

As deliberações sociais serão tomadas por maioria absoluta dos sócios representantes do capital social. Assim, entende-se, neste contrato social, por maioria absoluta ou maioria, os sócios que que representarem cinquenta e um por cento do capital social com direito a voto.

§ 1º - O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária poderá retirar-se da Sociedade, notificando os outros sócios, deste propósito.

§ 2º - Dentro de 30 (trinta) dias, seguintes ao recebimento da notificação mencionada no parágrafo primeiro, acima, será efetuado um balanço especial, abrangendo os ativos, os lucros, as perdas e as contingências da Sociedade, com base na data do recebimento da notificação. Os haveres assim apurados serão pagos ao sócio dissidente pelos sócios remanescentes ou pela Sociedade, sem juros e com correção monetária pelo índice IPCA, em até 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 60 (sessenta) dias a contar do encerramento do balanço, e as demais em igual dia dos meses subsequentes.

VIII. FALÊNCIA, MORTE OU INCAPACIDADE DE QUOTISTA

A sociedade não se dissolverá em caso de falência, morte, incapacidade judicial ou retirada de um dos sócios quotistas, sendo que os herdeiros poderão ingressar no quadro societário da Sociedade se os sócios remanescentes autorizarem a sua entrada.

§ 1º - Por decisão dos sócios remanescentes, poderá ser recusada a admissão dos referidos herdeiros ou sucessores na Sociedade. Nesta hipótese, nos sessenta dias seguintes ao recebimento da notificação do herdeiro ou sucessor, para o cálculo dos haveres e o pagamento



JULIAN
04 10 22

dos herdeiros ou sucessores, deverá ser efetuado um balanço especial, nos termos previstos no parágrafo 2º da Cláusula VII.

§ 2º - Para a deliberação a respeito da admissão dos herdeiros ou sucessores, o direito de voto somente será exercido pelos sócios remanescentes, sendo que os herdeiros do sócio falecido ou incapaz não terão direito a voto.

§ 3º - O procedimento previsto nesta cláusula se aplicará no que couber, aos casos de incapacidade ou interdição de qualquer sócio.

§ 4º - Em caso de separação judicial ou divórcio do sócio, pessoa física, ou meação, que implique em alteração na titularidade das quotas em virtude de partilha, o cônjuge que receber quotas sociais poderá optar por ingressar na Sociedade, desde que os demais sócios deliberem e aceitem a entrada do novo sócio, aplicando-se ao caso as disposições previstas nesta Cláusula VIII.

IX. DIREITO DE PREFERÊNCIA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, aos quais fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

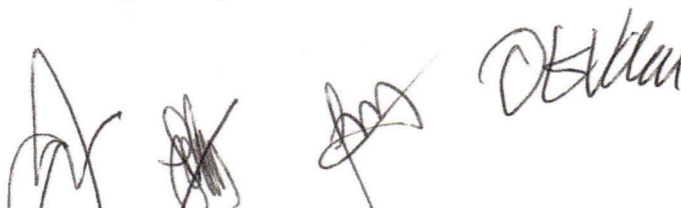
§ 1º - No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais sócios por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

§ 2º - Para apuração e pagamento dos haveres do sócio retirante deverá ser efetuado um balanço especial, nos termos previstos no parágrafo 2º da Cláusula VII.

X. EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO GERAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

§ 1º - A reunião dos sócios, ocorrerá nos termos previstos em lei, ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social, de acordo com o artigo 1.078 da Lei nº 10.406/2002, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios, salvo se todos os sócios estiverem presentes e decidirem por escrito acerca da matéria em pauta.

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, os administradores prestarão contas justificando de sua administração, elaborando as demonstrações financeiras exigidas legalmente.



04/10/22

Os lucros líquidos apurados, por resoluções dos quotistas que detêm a maioria absoluta do capital social, poderão ser:

- a) distribuídos aos sócios na proporção da participação na capital social;
- b) retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros em suspenso ou de reservas, ou capitalizadas;

§ único - A critério dos quotistas que representam a maioria do capital social, a sociedade poderá levantar balanços extraordinários para fins contábeis ou para distribuição de lucros.

XI. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei e por decisão de todos os sócios.

§ único – Em caso de liquidação os sócios que representam a maioria absoluta do capital social nomearão um liquidante a fim de que este proceda em conformidade com as leis vigentes.

XII. DISPOSIÇÕES FINAIS

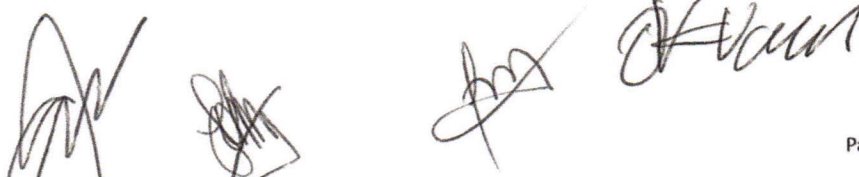
a) De conformidade com o que dispõe o artigo 1.503, parágrafo único, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), observar-se-ão na omissão do diploma legal nominado e deste contrato, as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas, aplicável supletivamente à Sociedade empresária limitada.

b) Os administradores ora nomeados declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que lhes vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Barueri, 30 de Agosto de 2022.


(Assinatura dos sócios e administrador na página seguinte)

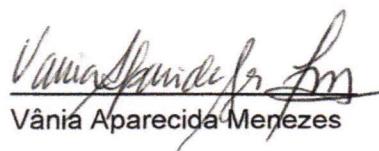


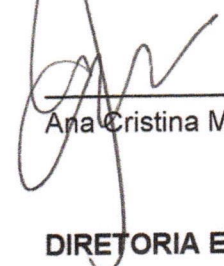
Folha de assinaturas - 13ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL -
MARGRAF EDITORA E INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA. - NIRE 35.200.121.307 -
CNPJ 50.614.213/0001-81

Sócios:

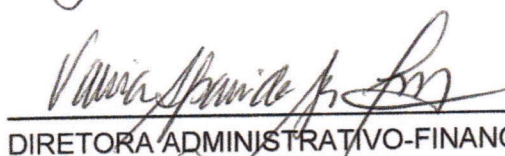
+ 
Vasco Faustino de Menezes


Soria Regina Menezes


Vânia Aparecida Menezes


Ana Cristina Menezes

DIRETORIA EXECUTIVA NOMEADA:


DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA: Vânia Aparecida Menezes


DIRETORA DE PRODUÇÃO E DE MARKETING: Soria Regina Menezes


DIRETORA COMERCIAL E DE ORÇAMENTOS: Ana Cristina Menezes

